

Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, v. 1 n. 2 (2000) 115

Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da microrregião de Marabá.

A Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta

Maria Conceição D'Incao

UFPA/CFCH Rua Augusto Corrêa s/n 66.075-900 Belém-PA

Resumo

Este texto é uma reconstrução da experiência de uma associação de pequenos agricultores familiares de um dos assentamentos de "reforma agrária" da microrregião de Marabá, no sudeste do Estado do Pará, orientada por uma reflexão sobre os limites e as possibilidades dessa experiência frente ao desafio da integração desses novos produtores proprietários ao mercado e à sociedade nacional. Tem como pano de fundo o recente processo de democratização - ou de construção do tecido social - da sociedade brasileira. Parte do pressuposto de que essas organizações nascem, freqüentemente, em continuidade com as práticas das relações sociais personalizadas - clientelismo e/ou paternalismo - constitutivas das relações de dominação - ou de exploração - que fazem parte da trajetória social desses agricultores. Trabalha com a hipótese de que essas relações sociais personalizadas existem, no interior dessas organizações, em permanente conflito com as regras renovadoras da nova situação em que eles se encontram colocados: regras das relações sociais democráticas, que tendem a se sobrepor na experiência vivida da associação. E conclui sobre a necessidade - e a maior eficácia relativa - de um trabalho de assessoria ao desenvolvimento capaz de contribuir para o aceleração desse processo.

Palavras-chave: relações democráticas, clientelismo, poder local, agricultor familiar, desenvolvimento.

Abstract

This paper reconstructs the experience of an association of small family farmers from an agrarian reform settlement in the region of Marabá in south-eastern Pará (Brazilian Amazon). It is a reflection on the limits and possibilities of this experience, confronted by the need to integrate these new landowner-producers into the market and national society. Its backdrop is the recent democratisation process or what can be termed the construction of the social fabric of Brazilian society. It is based on the assumption that these associations frequently originate as a continuation of existing social personal relations - clientelistic and/or paternalistic - which characterise the relationships of domination or exploitation that form part of these farmers' social trajectory. Working on the hypothesis that these personal social relations are internal to these organisations and exist in constant conflict with the innovative rules of the new situation in which the farmers find themselves, i. e., the rules for democratic relationships, which tend to displace the former ones in these associations' experiences. The paper concludes by highlighting the need for, and the potential of, an appropriate advisory activity capable of accelerating this process.

Key-words: democratic relations, clientelistic relations, local power, small family farmer, development.

Resumé

Le présent texte se propose de reconstruire l'expérience d'une association de petits producteurs familiaux dans l'un des *assentamentos* de réforme agraire de la micro-région de Marabá - sud-est du Pará. Cette reconstruction est parcourue par la préoccupation de réfléchir sur les possibilités et les limites d'une telle expérience, au regard du défi de l'intégration de ces producteurs au marché et à la société nationale en tant que propriétaires parcellaires modernes. En toile de fond, il y a le processus récent de démocratisation, de construction du nouveau tissu social de la société brésilienne.

L'analyse s'appuie sur l'observation selon laquelle les relations au sein des organisations de ce genre naissent, en règle générale, en continuité avec les pratiques de relations sociales personnalisées, de caractère clientéliste et paternaliste, constitutives des relations de domination qui ont accompagné ces familles tout au long de leur histoire. Elle met en évidence cependant que le fonctionnement de telles organisations à la personnalisation ne constitue pas une fatalité, dans la mesure où ces relations sociales personnalisées entrent en conflit permanent avec les règles démocratiques sur lesquelles elles sont

formellement construites.

L'analyse ouvre donc une perspective claire d'intervention pour les responsables dans le sens de renforcer la dynamique démocratique aux dépens de la dynamique personnalisée. Ainsi construite, l'analyse permet d'interroger d'un côté, les pratiques militantes - de communautarisme de l'église catholique et de socialisme des groupes d'extrême-gauche - qui, en l'occurrence, dévient les programmes de développement de leurs véritables objectifs. Elles contribuent en effet à les transformer en moyens de reproduction des relations sociales de clientèle et (ou) paternalistes, dont les agriculteurs doivent précisément se débarrasser pour se reconnaître entre eux comme producteurs libres et autonomes, et être reconnus en tant que tels par les différentes instances de pouvoir, local, régional et national avec lesquelles elles viennent à entrer en relation. Et d'un autre côté, les travaux académiques orientés sur la question de la reproduction des relations personnalisées à propos de ces populations et de leurs organisations. Ces approches se révèlent a-historiques dans leur incapacité à percevoir le mouvement dans lequel sont pris ces agriculteurs, et à observer leurs pratiques concrètes comme partie de processus historiques et sociaux plus généraux.

Finalement, cet abordage a l'ambition de produire une connaissance utile pour les agents de développement en général, en les invitant à un engagement plus participatif. L'objectif est d'accélérer le processus de constitution de ces agriculteurs en producteurs libres et autonomes et, en conséquence, de réduire les coûts sociaux qui résulteraient de la perte de la terre conquise, inévitables dans l'hypothèse où ils seraient laissés à eux-mêmes et auraient à affronter seuls le jeu politique dont ils sont acteurs pour la première fois et auquel ils ne sont pas préparés.

Mots-clés: relations démocratiques, clientélisme, pouvoir local, agriculteur familial, développement.

Introdução

Este texto é parte dos resultados de trabalho de pesquisa¹ realizado em colaboração com **Gérard Roy** sobre a constituição de relações sociais democráticas na microrregião de Marabá, tendo em vista o debate programado pelo seminário "A construção local do território na Amazônia Oriental. Elementos para a construção de uma parceria entre agricultores e organismos regionais em vista de um desenvolvimento sustentável"².

Trata-se, desde logo, de uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas pelos agricultores que tiveram acesso à terra no bojo dos recentes programas de "reforma agrária" da região mencionada, por meio da reconstrução da experiência da Associação dos Pequenos

1 Projetos: "Práticas clientelistas e modos de intervenção na Amazônia", cooperação internacional CNPq/MPEG/ORSTOM, 1995/1996 e "Novos produtores proprietários: a constituição da cidadania no sul do Pará", bolsa de desenvolvimento científico regional, CNPq/UFGA, 1996/1997.

2 Seminário realizado pelo Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, do Centro Agropecuário da UFGA, com apoio institucional do CNPq e sob coordenação de Christophe Albaladejo, Marabá, PA, março de 1997.

3 Consulta é o nome de um dos antigos castanhais do sul do Estado do Pará transformados em assentamentos de reforma agrária durante o chamado Governo de Transição - 1985/1989. Faz parte do PA Veneza, do INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - e situa-se entre os municípios de São João do Araguaia e de São Domingos, a cerca de 35 km de Marabá.

Agricultores da Consulta³ e à luz do conhecimento dos processos histórico-sociais dentro dos quais esses agricultores se encontram situados. Isto é, dos recentes processos de democratização da sociedade brasileira (Weffort, 1991 e 1992; Kriscke, 1995) que, nas condições objetivas das frentes de expansão da economia nacional (Velho, 1981), colocam-lhes como principal desafio a ser enfrentado o do desenvolvimento de suas capacidades de existirem socialmente como produtores livres ou autônomos na economia de mercado que ali se intensifica. Por oposição, é necessário explicitar, aos agricultores "marginais" (Furtado, 1964), "de subsistência" (Martins, 1980 e 1986) ou dependentes que sempre foram. Vinculados ao mercado, sem dúvida, mas pela mediação do *patrão* e por meio do aviamento ou outras formas de dependência pessoal típicas do isolamento inscrito em sua trajetória social (Musumeci, 1988).

Neste contexto mais geral, a mencionada associação aparece como manifestação localizada das estratégias de reprodução social desses agricultores. Mais especificamente, como espaço privilegiado de seus esforços coletivos de apropriação da terra conquistada. Ou de "construção local do território", para usar uma das proposições principais do referido seminário e desde que se entenda "território" como uma forma socialmente determinada de apropriação do espaço.

Por que privilegiado? Porque no seio dessas organizações eles têm

a possibilidade de romper com suas velhas práticas de dominados, percebendo-se como iguais por referência - e em relação - à sociedade que os inclui. Isto é, eles têm a possibilidade de se reconhecerem entre si como produtores livres ou autônomos e de se fazerem reconhecer como tais nas diferentes instâncias do poder local, regional e nacional com as quais passam a se comunicar - ou a se relacionar.

É certo que essas organizações nascem, muitas vezes, em continuidade às velhas práticas das relações personalizadas que estão na base das diferentes formas de dominação - e de exploração - que fazem parte da experiência desses agricultores. Iniciativas, quase sempre, de políticos locais, militantes políticos e agentes de desenvolvimento interessados na distribuição de recursos financeiros de diferentes origens, elas tendem a recriar no seu interior as relações personalizadas nas quais os agricultores sempre existiram. Reproduzindo, em maior ou menor medida, a dependência da qual eles precisam se libertar para se reconhecerem entre si como iguais e se fazerem reconhecer como produtores rurais livres ou autônomos. Mas a abordagem histórica - ou do movimento - desses agricultores tem mostrado que as práticas recriadoras das relações sociais personalizadas de seu passado recente existem, no interior dessas organizações, em permanente conflito com as práticas sociais impostas pelas regras renovadoras da nova situação em que

eles se encontram colocados. Regras de relações sociais democráticas e que tendem a se sobrepor às das relações sociais personalizadas do passado na experiência dos agricultores, conforme se pretende demonstrar.

A opção por essa abordagem, para além do conhecido debate teórico-metodológico sobre o caráter necessariamente histórico das ciências sociais, pretende se justificar, neste texto, como resposta a algumas das questões práticas enfrentadas por agentes de desenvolvimento engajados em trabalhos de assessoria econômica ou política aos agricultores familiares da região. Sabe-se que, originalmente, as instituições de apoio à organização desses agricultores para o acesso à terra estiveram orientadas por duas utopias principais: o comunitarismo da Igreja Católica e o socialismo de algumas das tendências políticas da esquerda brasileira. E pode-se dizer que à medida que mais terras eram conquistadas, essas mesmas instituições começaram a se defrontar com os obstáculos impostos por essas utopias a suas respectivas práticas de assessoria. Quando menos, porque o desafio passava a ser o desenvolvimento dos agricultores (Hébette, 1991), com tudo o que isso pode significar em termos da exigência de uma intervenção construída sobre uma leitura mais objetiva dos limites e possibilidades dos mesmos, nas condições em que se encontram colocados (D'Incao e Roy, 1995). E explicam-se por aí os recentes esforços de integração do trabalho de assessoria com a pesquisa

científica, no bojo dos quais é organizado o presente seminário.

Ora, a pesquisa acadêmica recente vem atualizando, na Amazônia, as antigas análises (Franco, 1969) sobre o caráter historicamente personalizado das relações sociais no Brasil. Evidenciando, inclusive, os processos da reprodução das mesmas entre os agricultores familiares das frentes de expansão (Araujo, 1993; Geffray, 1995). Mas a observação tem mostrado que o recurso a essas análises não tem ajudado essas instituições de assessoria a avançar suficientemente na direção desejada, ou no sentido do maior conhecimento dos desafios presentemente colocados ao desenvolvimento desses agricultores. Porque, colocadas diante dessa evidência, elas tendem a reforçar suas convicções originárias, indo desde a plena aceitação das práticas das relações personalizadas dos agricultores, entendidas como naturais dentro e fora de seus programas de desenvolvimento, até a total rejeição das mesmas, entendidas como mera desinformação e/ou falta de "consciência política". Trata-se de um lado, o comunitarismo da Igreja Católica, de uma espécie de tolerância com um suposto modo de ser dos agricultores, não raras vezes vistos como portadores de um novo projeto de sociedade, a ser preservado como de políticas pontuais de resistência, até que lhes seja dada a oportunidade histórica de sua realização; de outro lado, a corrente socialista, trata-se de conscientizar ou politizar os

agricultores no velho estilo da militância política da esquerda. Enquanto o processo dominante da reprodução da grande propriedade rural às custas da apropriação do trabalho acumulado desses agricultores historicamente itinerantes - no caso, o desmatamento e a formação de pastagens - ameaça sua recente conquista do acesso à propriedade da terra. Ou, ainda, enquanto esses mesmos agricultores demandam assessoria técnica ou política tendo em vista a elevação de sua renda e/ou sua melhor integração ao mercado.

O pressuposto orientador da análise aqui apresentada é o de que o único conhecimento capaz de entrar em diálogo construtivo com os agentes das instituições de assessoria ao desenvolvimento desses agricultores é o conhecimento produzido, de um lado, sobre a reconstrução do dia-a-dia de suas práticas sociais e, de outro, à luz dos desafios que lhes estão historicamente colocados. A escolha da Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta, um cuidado a mais na busca desse diálogo: nascida da iniciativa clientelista de políticos locais, ela se desenvolve à margem dos mencionados programas de desenvolvimento e, por isso mesmo, é mais claramente representativa dos processos sociais sobre os quais os referidos agentes devem atuar, tendo em vista a eficácia de sua ação para o desenvolvimento.

1. O cenário político

Os assentamentos realizados pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - a partir da segunda metade dos anos 80, na região de Marabá, têm a marca originária de duas forças políticas em oposição: de um lado, políticos locais articulados aos setores conservadores dominantes em nível estadual e federal, e, de outro, os sindicatos de trabalhadores rurais criados ou fortalecidos no seio das mobilizações pelo acesso à propriedade da terra de famílias da frente agrícola maranhense e de outras regiões do país (Guerra, 1991). São assentamentos que resultaram, na sua maioria, da pressão organizada - pelos sindicatos ou pelos movimentos que lhes deram origem - das famílias de ocupantes dos antigos castanhais da região, terras devolutas cedidas pelo Estado - desde os anos 20 e sob a forma de "aforamento perpétuo" a partir de 1957 - a um pequeno grupo detentor do poder econômico e político na região: a conhecida oligarquia da castanha de Marabá (Emmi, 1985).

Garantidos por este privilégio, esses arrendatários transformam parte dessas áreas em pastagens, investindo na pecuária como atividade complementar à exploração da castanha. De tal sorte que, quando o preço da castanha no mercado internacional começa a não ser compensador - década de 70 - eles delegam para seus próprios trabalhadores - os moradores - o direito à extração da castanha, em

troca da tarefa de zelarem pelas "suas" terras.

Vistos, nessa circunstância, como *terras livres*, os castanhais passam a ser ocupados por famílias de agricultores que vinham se deslocando para a região, incluindo familiares dos mencionados moradores. A possibilidade de uma resistência organizada sobre as terras ocupadas, com a presença dos mencionados movimentos, devidamente assessorados pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, um fator a mais no desenvolvimento desse processo. Um fator que criava, pela primeira vez para parte dessas famílias, a consciência do direito à propriedade da terra⁴.

Ora, diante dessa ameaça, os *donos* dos castanhais também se mobilizam. De um lado, acelerando como podem a queima das matas - e evidentemente dos próprios castanhais - e plantio de capim. Porque sabem que os agricultores que ocupam terras na região não se interessam pelas terras de pastagem e porque também sabem que a legislação sobre desapropriação de terras para fins de reforma agrária protege as chamadas

4 Essa consciência vem-se desenvolvendo entre os setores populacionais mais destituídos, desde o período da abertura política, final dos anos 70, no bojo da então nascente mobilização dos setores sociais progressistas pela elaboração de um projeto político capaz de abrigar as demandas das diferentes formas de luta pela terra que se intensificavam no país. O MST - Movimento dos Sem Terra - é, hoje, a expressão mais avançada desse processo.

terras produtivas⁵ - e sempre é possível declarar um gado inexistente, se o capim está plantado... De outro lado, recorrendo a suas habituais práticas da contratação de *pistoleiros* para a expulsão sob coação, quase sempre acompanhada de assassinatos, das famílias dos posseiros ou ocupantes em cena.

Mas não eram os melhores tempos para a pistolagem. O clima de abertura política e a ação organizada dos agricultores que ocupavam ou demandavam terra traziam esses confrontos para a cena pública, sendo somados aos conflitos de terra do país como um todo, a que as forças políticas mais progressistas estavam chamando de demanda política de um programa nacional de Reforma Agrária. E é frente à ameaça desse programa, no calor das negociações do Plano Nacional de Reforma Agrária proposto pelo Governo da Transição Democrática Brasileira (D'Incao, 1990), que esses pseudo-arrendatários da castanha conseguem recriar em mais um privilégio suas frustradas tentativas de manter o controle das terras dos antigos castanhais da região de Marabá. Renunciando ao direito de exploração das mesmas, mediante o recebimento, da parte do Estado, de uma vultosa soma em dinheiro, na qual são incluídas suas possíveis perdas - o lucro oferecido pela suposta exploração da

castanha - e as chamadas benfeitorias por eles construídas - capim plantado, cercas, casas etc...

Esse evidente desvio dos objetivos democratizantes do projeto político da Reforma Agrária é justificado publicamente em nome da viabilidade da mesma. O então Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, ex-governador do Estado do Pará e um dos líderes da Aliança Democrática da oposição ao regime militar, do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - é o autor desse engodo. Em razão disso passa a ser considerado por muitos dos agricultores que demandavam terra na região como uma espécie de benfeitor da Reforma Agrária no país, mesmo que o INCRA se declare sem recursos para os programas de assentamento a serem implementados nessas áreas, e até agora, cerca de dez anos depois, nem todas as áreas foram demarcadas, os documentos de propriedade da terra não tenham sido entregues à maioria das famílias assentadas e faltem estradas, meios de transporte, crédito agrícola, escolas e postos de saúde para as mesmas.

É a velha troca de favores, base do clientelismo político brasileiro, se repetindo. Caberá aos herdeiros da antiga oligarquia da castanha no exercício do poder local o esforço da transformação desses direitos em favores pessoais recebidos como antecipação de votos e de lealdades. Enquanto nas casas de muitos dos agricultores assentados nesses antigos castanhais, um grande pôster colorido

5 O Estatuto da Terra, de 1964, condicionava a desapropriação de terras de conflito ao interesse social, mas deixava implícita a restrição à desapropriação de terras produtivas. Restrição explicitada pela Constituição de 88.

de Jader Barbalho aparece como único ornamento no ambiente frugal de suas salas de entrada... E é contra essa evolução que o movimento sindical e demais organizações terão que se firmar.

2. A iniciativa clientelista

A Associação dos Produtores Rurais de Consulta foi criada em 1986, ao mesmo tempo em que Jader Barbalho acertava as contas com seus antigos correligionários, os até então arrendatários da castanha e definia as bases de sua nova contabilidade política na região. No dizer dos primeiros diretores dessa organização, era o segundo ou terceiro ano *depois da invasão e a idéia da associação* surgiu como sugestão de *um conhecido* - do PMDB, *secretário de terras* de um município vizinho - Palestina, que os visitou especialmente para isso. No mais, o apoio do prefeito local, Luís Carlos - também do PMDB, *garantiu* os primeiros tempos da organização.

O objetivo? *Era conseguir recursos, melhoria para o trabalhador rural...escola, saúde, melhoria para a agricultura...no caso, a documentação da terra e o crédito bancário...* Sem dúvida, os mesmos objetivos anunciados pelo sindicato. Mas este, embora bastante reconhecido pela sua importante atuação *no tempo da resistência na terra*, vinha perdendo credibilidade entre os agricultores. Em linhas bastante gerais, porque se empenhava

no controle arbitrário do direito das diferentes famílias aos lotes demarcados pelo INCRA. Alegando critérios meramente ideológicos e, o mais grave, dando preferência a agricultores de suas relações pessoais. O que violentava direitos adquiridos de antigos ocupantes - *gente necessitada como nós*, no dizer de muitos - e acabou gerando desconfiança na maioria: *o sindicato começou a tirar gente da terra para colocar gente da (própria) família... e acabou criando uma revolta... no pessoal.*

A primeira diretoria da associação foi escolhida na presença do tal *secretário de terras* e incluía quatro pessoas de uma família bastante extensa e relacionada na Consulta: o tio, um sobrinho e um primo de segundo grau acompanhado de sua esposa, a primeira professora da localidade. A marca das relações personalizadas como base do clientelismo programado é evidente nessa escolha: a professora conseguiu ser contratada pelo sistema de ensino estadual em menos de um mês e seu marido, Dorival, o segundo secretário da associação, sem nunca ter tido qualquer experiência política, seria eleito vereador por esse partido, conforme se verá adiante.

3. O inesperado

Sem dúvida, a iniciativa dessa associação fazia parte da estratégia de continuidade do PMDB no poder local. E a vitória de um candidato

apoiado pelo prefeito Luís Carlos nas eleições municipais sucessórias de 88 teria assegurado, igualmente, a continuidade das relações clientelistas que deram origem à associação. Na exata medida em que, renovando-se as condições de acesso aos recursos públicos por parte desse grupo político local, renovava-se também a possibilidade de ele continuar, junto aos associados, a clássica barganha entre serviços públicos recriados em favores pessoais e fidelidade política personalizada nos doadores desses favores. Mas a candidata do PMDB - Nilza - é derrotada pelo candidato do PDT - Cazuzza, numa evidente demonstração de que a recente diferenciação partidária na região - e no país - alterava as regras do jogo político que assegurava o monopólio do acesso aos recursos públicos aos antigos oligarcas da castanha, ou aos seus representantes.

Esse acontecimento inesperado leva o prefeito Luís Carlos a lançar mão de um novo recurso tático, na perspectiva da retomada do espaço perdido nos pleitos futuros. A prefeitura vinha de receber um caminhão do Governo do Estado, tendo em vista a intensificação de sua atividade distributivista como parte da campanha eleitoral em curso. E no momento em que passa a gestão da Prefeitura para seu adversário vitorioso, Luís Carlos doa esse caminhão para a associação. *Coisas da política*, segundo informam os novos e antigos diretores da organização: *o governador do Estado deu um caminhão para o*

prefeito, que era o Luís Carlos... Isso foi na época da política (eleição)... O que aconteceu? A candidata ... apoiada pelo Luís Carlos perdeu. Então, por ela ter perdido, foi a nossa felicidade... A gente já tinha aquela amizade e ele disse: vou doar o caminhão para a associação... E, no caso, se ela tivesse ganho... não teria doado... deixava para ela que era amiga dele, dava o caminhão para a Prefeitura... E foi isso que aconteceu. A infelicidade dela, felicidade nossa.

Parece que nesta narrativa está contida toda a contradição criada por esses acontecimentos no imaginário desses diretores. De um lado, uma espécie de naturalização do jogo político clientelista. Na plena aceitação das práticas habituais da apropriação privada que os políticos fazem da coisa pública - o caminhão que o governador *deu* para o prefeito, que por sua vez *deu* para a associação. E na representação da política enquanto relação personalizada - a *amizade* que liga os associados aos políticos e esses entre si. Uma *amizade* que impede os agricultores de perceberem a necessária diferença entre o interesse público e o privado: na hipótese de a atual prefeita ter sido eleita naquela ocasião, o ex-prefeito não teria doado o caminhão, deixava-o *para ela, que era amiga dele, dava para a Prefeitura*. Mas, de outro lado, a descoberta de um "nós" definido por oposição aos interesses daquela a quem todos supostamente deviam fidelidade política: *essa felicidade*

nossa que se constrói sobre a *infelicidade dela*, a candidata derrotada nas eleições de 88.

4. O primeiro avanço

O desafio de administrar conjuntamente o caminhão que é de todos parece apagar da memória dos associados o tempo em que viviam sob a tutela da Prefeitura. É bastante significativo que, embora a associação tenha sido criada em 86, todos só se refiram a ela a partir desse caminhão.

Nesses anos - *três anos de felicidade*, conforme costumam dizer - em que estiveram livres de interferências diretas dos políticos locais, *o caminhão rodou direto*, atendendo às necessidades de todos os associados e não associados, transportando seus produtos para a cidade e livrando-os dos atravessadores, trazendo suas compras de Marabá de modo a evitar-lhes os preços extorsivos dos comerciantes que oferecem suas mercadorias *na porta* e, finalmente, resolvendo todas as situações que costumam chamar de emergências: transporte de doentes, de material para as escolas, de mudanças, de material de construção de cercas ou casas, etc. Para o transporte de passageiros e mercadorias estabeleceram preços - por pessoa e por volume de carga - que eram menores para os associados do que para os não associados. E a arrecadação desses valores, juntamente com a das contribuições mensais dos associados permitiam-

lhes dar conta das despesas com o caminhão e das situações de emergência que, sendo gratuitas, sempre deixavam margem para práticas clientelistas da diretoria.

Essa organização passou a apresentar dificuldade quando o caminhão começou a exigir despesas de manutenção mais importantes: reparos, troca de peças, pneus, etc.. Num primeiro momento, a solução encontrada pela diretoria foi o recurso às suas antigas práticas de demandar favores aos *conhecidos*. E como os políticos locais não lhes eram familiares, passaram a procurar os representantes do poder de Jader Barbalho - ou do PMDB - nas repartições públicas federais ou estaduais: *"porque a gente tinha conhecimento. Ia lá no INCRA, procurava o presidente do INCRA... contava a situação... Depois a gente ia na Secretaria da Agricultura (e dizia) olha, nós estamos precisando disso... que a associação está muito carente... o que arrecada não dá... e a gente conseguia um pneu usado, recapeava e não penalizava o povo"*...

Esses pequenos expedientes, entretanto, não davam conta de resolver o problema. O caminhão começou a *rodar menos*, criando um descontentamento entre os associados e reduzindo, pouco a pouco, suas contribuições mensais para a associação. O que leva a diretoria a interrogar a pequena participação dos associados nas reuniões em que são tomadas as decisões, além de levantar, entre os associados, a crítica das práticas clientelistas - as emergências

- da diretoria.

Em conseqüência dessas críticas de parte a parte, a diretoria avalia sua responsabilidade na pequena participação dos associados e os convoca para uma reunião de avaliação, a partir da qual iniciam-se reuniões mais regulares em busca de uma solução para o problema do caminhão. De tal modo que, pouco a pouco, um discurso a propósito da autonomia da associação começa a se construir: *eu sempre tenho tentado colocar na cabeça do povo...que os nossos problemas quem resolve somos nós. O prefeito não vem resolver os problemas da associação, o governo não vem... quem tem que tentar resolver somos nós...*

5. Clientelismo versus democracia

Aproximava-se o ano eleitoral de 92 e o prefeito Cazuzza tentaria aproveitar-se da situação, visando resgatar os dividendos eleitorais do caminhão perdido pela manobra política de seu antecessor. Aliando-se a Alair, um pequeno pecuarista local - ou um *fazendeiro*, no dizer da maior parte dos agricultores - para tentar ganhar as eleições sucessórias da diretoria da associação a serem realizadas já em meados de 91.

Chegando ao final de seu segundo mandato fragilizada pelos descaminhos da gestão do caminhão, a diretoria em exercício cuida de vincular a proposta de uma nova chapa, encabeçada por Dorival, seu

então segundo secretário, a um programa de fortalecimento da autonomia da associação - a experiência lhe ensinara a importância da participação dos associados no bom encaminhamento da instituição. E, coerentes com os esforços que já vinham realizando com os associados para resolver a *crise do caminhão*, os candidatos a compor a nova diretoria propunham uma gestão participativa, voltada para o cultivo de uma área da própria associação, visando a sua maior autonomia financeira; a construção de uma sede a ser utilizada como espaço de discussão para as decisões do coletivo e, finalmente, a reativação do caminhão.

Não obstante esta proposta e apesar desta chapa ter sido a única a se apresentar, sua vitória não foi simples. Um trabalho sorrateiro de Alair começava, interrogando a competência de Dorival para o cargo, insistindo na importância de um presidente que tivesse *alguém por ele* - proteção política e financeira - e mobilizando o descontentamento existente com o estado do caminhão. A tal ponto que uma grande e importante discussão teve lugar entre os associados, levando-os à aprovação de uma emenda ao estatuto vigente: a previsão de um período experimental de seis meses para qualquer diretoria eleita comprovar sua eficácia, ou sua capacidade de dar andamento aos compromissos assumidos em campanha. Sem o que seria automaticamente demitida e novas eleições deveriam ser realizadas.

Curiosamente, a presença dos

adeptos de Cazusa querendo assegurar, às vésperas das eleições municipais de 92, a tutela política da instituição, promove o encontro dos associados para criar em seu estatuto uma cláusula que institui o controle da diretoria pelo coletivo. É a pequena experiência de autonomia já acumulada determinando um significativo avanço na constituição de novas e democráticas relações sociais no interior da organização. Porque ao definirem mecanismos de controle para a gestão de Dorival, os associados estavam vendo nele, não mais a pessoa - conhecida, generosa, amiga, etc. - mas o administrador que ele se propunha a ser. Estavam votando num programa e, conseqüentemente, no indivíduo que supunham adequado à realização do mesmo, independentemente de suas qualidades pessoais positivas ou negativas. E não é difícil imaginar que a essa nova representação do presidente da associação correspondesse uma representação, mesmo que embrionária, de um novo modo de fazer política, diferente das velhas e conhecidas práticas de doação de favores pessoais em troca de lealdade. Mesmo se essa mudança do estatuto também significasse, na situação, um recurso tático da investida clientelista do grupo de Cazusa ali representado por Alair. E se, no curto prazo, essa investida acaba sendo vitoriosa.

O programa de Dorival dependia, evidentemente, da participação dos associados, uma experiência ainda embrionária no

grupo e contra a qual se insurge a propaganda clientelista de Alair. Apoiado na promessa do prefeito de pagar a reforma do caminhão e assegurar transporte gratuito para todos até o final de seu mandato, ele se apresenta como candidato à diretoria da associação mesmo antes do momento previsto para a avaliação do desempenho de Dorival e desdobra-se em solidariedade para com os vizinhos, transportando doentes para a cidade em seus próprios carros, conseguindo a máquina da prefeitura para a reparação das estradas e, finalmente, arregimentando novos sócios para a associação, provavelmente, nem sempre da localidade, como é de praxe nas disputas eleitorais e conforme informam alguns dos associados.

Sem ajuda externa e sem a participação significativa dos associados, Dorival mal consegue manter o caminhão andando e dar início a alguns poucos cultivos no terreno da associação. Agudizando o quadro, ele preparava sua candidatura a vereador e não ousava tomar qualquer iniciativa mais enérgica no tocante às contribuições dos associados e à necessária redução das despesas com as emergências. Iniciativas que, no seu dizer, *iam penalizar o povo...* E, afinal, avaliado desfavoravelmente, ele torna a se candidatar e perde para Alair por uma diferença de votos bastante estreita: 219 a 212.

6. A ambigüidade da situação

O ano eleitoral de 92 começa com Alair na direção da associação, devidamente subsidiado pelo prefeito Cazuzza. Além da reforma geral do caminhão, a Prefeitura pagava o salário do motorista e o combustível, o que permitia ao caminhão *rodar de graça*, ou sem cobrar sequer as taxas dos passageiros e cargas das idas e vindas regulares a Marabá. Segundo informação do próprio Alair, *de 12 de janeiro a 6 de dezembro, andou todo mundo de graça*. Enquanto a sede da associação era construída com a ajuda de madeireiros conhecidos ou da Prefeitura, que também reparava 40 km de estradas no interior da Consulta... Tudo indicando que desta reaproximação do poder executivo local com a associação fosse resultar a eleição do sucessor de Cazuzza no pleito municipal.

Curiosamente, mais uma vez, isso não acontece. O candidato de Cazuzza não consegue se eleger nem mesmo dentro da Consulta, onde recebe apenas cerca de 20% dos votos existentes. Perde para Nilza, a candidata do PMDB, *amiga* de Dorival e derrotada nas eleições anteriores - 88. Para grande surpresa de Alair, que não hesita em expressar seu desencanto com o que entende ser uma *ingenuidade dos brasileiros: eu vou dizer a verdade... Olha, você pode fazer 99 favores... que se você não puder fazer o 100, aqueles 99 ficam perdidos... Então, eu consegui tudo*

isso para o povo... e eles não poderiam, na hora da eleição... na hora da política, trair quem estava dando a comida, botando a comida na nossa mão... não poderiam... Agora os prejudicados somos nós ... Porque ... hoje... eu não tenho nada contra a prefeita, para mim é uma boa prefeita. Estou disposto, como já disse pra ela, a apoiar ajudando no que for possível... porque tudo o que vier para o nosso meio será bem-vindo... Mas, hoje, ela não dá uma gota de óleo diesel, nem nada, nem água para botar no carro... um atendimento médico... nada.

É difícil avaliar com precisão essa derrota do candidato que vinha oferecendo tantos benefícios aos moradores da Consulta. É certo que a prefeita eleita se fazia representar localmente por Dorival, que se elegia vereador com votação bastante expressiva e que, no limite, era reconhecido por pertencer a uma família que polarizava uma grande rede de relações de compadrio e de vizinhança - relações personalizadas - na localidade. Mas é possível afirmar que esse resultado tenha sido influenciado pela existência de uma representação contraditória de Alair com os agricultores e suas famílias. De um lado, o novo doador e o *rico* que muitos querem ter por perto para *um desafogo* ou *uma necessidade* - um saco de arroz emprestado, um transporte de urgência, um emprego para um filho ou, até, conforme costumam dizer, para comprar-lhes a terra numa situação em que isso se torne inevitável. Mas, de outro lado,

uma pessoa que *não sabe o que é a necessidade dos pobres*, ou *não é igual a nós*. E é esta a novidade, já que, historicamente, essas famílias de agricultores sempre se alienaram ao poder dos *ricos*, ou daqueles que têm do que ser generosos.

Tudo indica que esse “nós” construído a partir de uma auto-identificação como pobres ou necessitados é resultante da experiência vivida no sindicato, por ocasião das lutas pela resistência na terra, já que esse era o discurso da Igreja - ou da CPT, assessora por excelência da organização sindical na região, nesse tempo. E é certo que diante do desafio da construção de relações sociais democráticas no interior das organizações desses agricultores essa é uma questão no mínimo complicada. Porque a representação da pobreza é, na sociedade brasileira, a marca de inferioridade por meio da qual numerosos contingentes dos setores populares são, ao mesmo tempo, descredenciados para o exercício de seus direitos e submetidos à tutela de um Estado provedor - ou generoso, na percepção popular - e autoritário. Nessa situação, entretanto, essa identidade parece estar permitindo aos agricultores um mínimo de percepção coletiva de seus problemas comuns e, em consequência, um mínimo também de crítica aos mecanismos habituais da dependência pessoal como via de solução dos mesmos.

7. A omissão do sindicato

A consequência mais imediata de todo esse processo aparece no discurso dos agricultores sob a forma de uma crítica à interferência *da política* na associação. Mas uma crítica que está longe de chegar a uma fase afirmativa ou propositiva. Construída a partir da experiência da disputa clientelista, ela não possui, evidentemente, a referência de um outro modo de fazer política. Mesmo porque, indiferente aos destinos da associação, inimiga política desprezível, os sindicatos continuavam suas trajetórias de reprodução das relações sociais personalizadas - ou clientelistas - na sua prática junto aos agricultores e no interior de sua organização. Desta feita, a propósito dos programas de desenvolvimento implementados pela FATA - Fundação dos Agricultores do Tocantins e Araguaia⁶, uma organização que reúne alguns dos sindicatos da região num grande projeto de assessoria a pequenos agricultores e pela COOCAT - Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins, uma organização de comercialização formalmente autônoma mas ligada, na prática e pela

6 A FATA foi criada no interior do CAT-Centro Agro-Ambiental do Tocantins, um programa de extensão rural criado pela UFPA-Universidade Federal do Pará, visando à articulação da pesquisa sobre pequena produção familiar com um trabalho de assessoria ao desenvolvimento da mesma.

sua origem, à FATA⁷.

Na Consulta, os delegados sindicais⁸ encarregados da realização desses programas pertenciam à família de um dos sindicalistas fundadores da FATA e geriam os recursos e atividades do mesmo em benefício de seu grupo de parentesco e de uma pequena rede de relações pessoais. Excluindo, sucessivamente, a maioria dos agricultores, com base em argumentos ideológicos e com prejuízos evidentes para a própria organização sindical. Já que a ação para o desenvolvimento que deveria estar contribuindo para fortalecer a inserção dos sindicatos nas suas supostas bases não avançava - a maioria dos agricultores tinha uma idéia muito vaga desses programas considerados como *coisa deles* (do sindicato) - e começava a apresentar resultados bastante insatisfatórios.

Agudizando o quadro, esses sindicalistas se envolvem numa desgastante disputa de poder no interior da própria FATA. Uma disputa em que a mencionada corrente

7 A COOCAT nasce de uma experiência de comercialização de arroz desenvolvida pela FATA e pouco a pouco vai diferenciando suas atividades e ganhando sua autonomia. No caso em questão, trata-se ainda do programa original de comercialização de arroz por meio da formação de grupos de dez agricultores pela iniciativa dos delegados sindicais.

8 A Consulta, originalmente, pertencia ao município de São João do Araguaia e, conseqüentemente, estava ligada ao sindicato deste município. Com a elevação a município do até então distrito de São Domingos - 1991, a área territorial de Consulta foi dividida entre os dois mencionados municípios e seus respectivos sindicatos.

sindical revolucionária procura vencer a corrente comunitarista dominante na instituição. O discurso ideológico de ambas oculta uma luta acirrada pelo poder de decidir sobre a destinação a ser dada aos recursos disponíveis. O que dificulta toda e qualquer negociação e impede a crítica, por parte dos sindicalistas, das práticas clientelistas existentes no interior dos programas de assessoria aos agricultores no interesse dos quais a FATA tinha sido criada, isto é, impede o crescimento ou desenvolvimento de suas próprias estratégias de atuação junto aos agricultores, suas bases.

É certo que esse conflito no interior da FATA evoluiria, mais tarde, na direção da revisão das referidas práticas excludentes, conforme se verá mais adiante, e da crítica à tutela que a instituição vinha impondo ao sindicato, afastando-o, ao mesmo tempo, do Movimento Sindical Rural - que ganhava importância e eficácia no Estado, com a conquista da sua federação pelas forças políticas mais progressistas ou de esquerda - e do jogo político local ou regional. Mas, nesse momento, os sindicalistas disputavam o acesso aos recursos a serem redistribuídos aos agricultores sob a forma de favores pessoais, apoiados em argumentos ideológicos discriminadores. De tal modo que, frente à disputa eleitoral de 92, no bojo da qual a complexa trama das relações que se desenvolviam entre os agricultores a propósito da associação abria caminhos para sua auto-superação como dependentes, os sindicalistas se

omitiam, apoiados na crítica abstrata a toda e qualquer negociação com o Estado.

8. A ameaça de retrocesso

Diferentemente dos sindicalistas, Alair procura a nova Prefeitura em nome dos agricultores sob sua direção. É verdade que consegue pouco: o pagamento do motorista do caminhão. A prefeita tem compromissos com seus eleitores da Consulta, mas teme transferir os dividendos políticos de suas doações a seu adversário político. Prefere aguardar para investir pessoalmente na localidade, servindo-se de Dorival, seu fiel aliado, para implementar suas promessas de campanha: construção de escolas, reparação de estradas, melhoria dos serviços de prevenção e assistência à malária, eletrificação rural e outros programas da competência do poder público local. A não ser, conforme informa Dorival, que a diretoria da associação passe para mãos de seus correligionários. O que também não vai acontecer.

Alair enfrenta o ano de mandato que lhe restava quando perdeu as facilidades da tutela da associação pelo poder executivo local, procurando, no seu dizer, *não deixar a peteca cair*. Iniciado, entretanto, no papel de político doador, não consegue perceber que para isso precisaria contar com a participação dos associados. Procura enfrentar sozinho a adversidade, usando de seus conhecimentos, sua competência e seu

crédito pessoal, para tentar manter as viagens semanais do caminhão a Marabá, e voltando ao sistema de pagamento de passagens e cargas, num esforço de manutenção do transporte gratuito dos doentes. Mesmo que para isso tenha, muitas vezes, de utilizar seus próprios veículos. Mas a dificuldade é grande, o caminhão continua dando problemas e seu esforço em atender pessoalmente os casos de saúde, insuficiente.

De seu lado, habituados ao transporte gratuito de um ano inteiro de tutela da associação pelo poder municipal, uma parte dos associados refluí para os caminhos conhecidos da dependência pessoal. Torna-se freqüente, entre os agricultores mais próximos de Alair, atribuir as dificuldades da associação à falta de uma proteção política eficaz - *nós não temos ninguém por nós*. Enquanto a maioria, mesmo se informada sobre o risco de uma organização construída sob a dependência da política local, não consegue fazer avançar sua crítica à ineficácia da gestão de Alair, recaíndo, na maioria das vezes, na antiga dificuldade de separar as relações de parentesco ou *amizade* das relações contratuais, no interior das quais a crítica ao desempenho do presidente da associação seria orientada pelas regras democráticas do próprio regulamento interno da associação. E não se tratava, portanto, de avaliar as deficiências e cobrar os compromissos de Alair, como presidente da associação. Eram suas características pessoais que estavam em jogo: *é, fala que é associação, mas*

você paga a carteira, pra abrir aquela inscrição para fazer a carteira, paga quando sobe no caminhão, daqui pra lá, com a cargazinha... Lá, vende (a carga) e torna a pagar pra voltar... isso não entendo... Sabe o que acontece? No fim do ano diz que não está tirando nada daquele dinheirinho, mas a gente está enxergando que ele está tirando... Agora ele comprou o que? Agora ele comprou terra por 300 sacos de arroz e (alguns) milhões... Ele já comprou três terras...

Ora, essa crítica assim personalizada está na base das práticas de desconfiança que impedem o encontro desses agricultores para a negociação dos problemas que lhes são comuns (D'Incao e Roy, 1995), que prolongam seu histórico isolamento no interior de famílias ampliadas subordinadas ao poder de todos os tipos de intermediários entre eles e a sociedade que os inclui; e, finalmente, que dificultam a sua recriação em produtores livres ou autônomos integrados à sociedade nacional. Eles desconfiam e se calam. Porque as avaliações que têm a fazer são de conteúdo moral e as pessoas não suportam ser interrogadas na sua honra e na sua moralidade. Uma violência que só poderia resultar em outra violência (Franco, 1969) - a outra face das relações sociais personalizadas.

E assim, nessa situação de crise, os avanços resultantes da experiência já vivida da associação pareciam se perder... Os agricultores continuavam lamentando os efeitos negativos da

interferência *da política* nas suas organizações, mas não conseguiam se articular minimamente para assumir o papel que lhes cabia nesta situação. Eles aguardavam os acontecimentos, como se a solução de seus problemas dependesse sempre de decisões vindas de fora deles mesmos. Como se ela não dependesse do encontro e da negociação democrática de suas diferentes avaliações e sugestões... O frágil tecido de suas relações enquanto "nós" - ou enquanto coletivo - ameaçando se esgarçar.

As eleições sucessórias da diretoria transcorrem sem nenhuma mobilização especial e o novo presidente eleito é o motorista do caminhão. Um agricultor sem nenhum engajamento maior com a causa da associação e, evidentemente, sob influência de Alair. Mesmo que este não cessasse de declarar que a dificuldade da associação era grande e a situação seria *crítica para qualquer companheiro que entrasse sem ser do lado que o prefeito quer dar a mão, ajudar...* Seu interesse em não abrir mão da clientela iniciada nos bons tempos em que recebia apoio financeiro da Prefeitura, evidente. Interesse manifesto também na maneira como vai elaborando seu discurso de futuro candidato a vereador. Avaliando os descaminhos da associação e mostrando-se preocupado com o *destino* de todos do *nosso interior*, ele lamenta o Brasil, onde *tudo só é política* e onde os políticos *só pensam no (próprio) poder... olhando o pessoal pessoalmente e não como um*

governante... O que deveriam evitar, zelando pelo bem-estar de todo mundo... porque na hora que terminou, que contou os votos, não tem adversário, é um trabalho conjunto...

Aparentemente, por um longo período, a associação fica à deriva. O caminhão é encostado sem nenhuma condição financeira de reparação, enquanto o presidente é contratado para ser o motorista de uma linha de ônibus particular que passa a operar na Consulta com um sistema de preços - passagem e volume de carga - semelhante ao do caminhão. O único grande problema de transporte sem solução, o dos doentes. Para o que as famílias recorrem, quando podem, a amigos, vizinhos, o próprio Alair ou Dorival, o vereador. E alguns associados chegam a ponderar que esta solução é mais econômica, uma vez que os dispensa da mensalidade paga à associação.

9. O sindicato e a retomada do processo de democratização

Na realidade, por trás dessa aparente paralisia algumas mudanças substantivas estavam sendo gestadas e acabariam por se traduzir em mais um avanço significativo da experiência vivida pelos agricultores no interior da associação. Desta feita, um avanço ligado mais diretamente à superação de suas velhas práticas de desconfiança e isolamento, na direção de um reencontro característico de um

novo patamar de democratização das relações sociais no interior da organização. A mais importante dessas mudanças foi a reorientação das práticas sindicais na Consulta. Basicamente, pela sua inserção no dia-a-dia dos agricultores.

Essa transformação começara mais ou menos ao mesmo tempo em que Alair se elegia presidente da associação e que Renilde era eleita para a direção da Caixa Agrícola de São Domingos, um programa de subsídio a pequenos agricultores promovido pela SAGRI- Secretaria da Agricultura do Estado do Pará. Agricultora de uma localidade vizinha e antiga militante do movimento sindical local, Renilde opunha-se aos dirigentes sindicais ligados à FATA, no que se refere ao tratamento que vinham dando às suas bases. Sem maior sofisticação ideológica, entendia que os programas de desenvolvimento da FATA vinham sendo indevidamente apropriados pelos sindicalistas e seus familiares ou amigos pessoais e que o caminho perseguido pelos sindicalistas que se opunham a esses programas não os levava a uma situação diferente. Já que eles, empenhados em seu trabalho de conscientização, também não lhe pareciam preocupados com os problemas enfrentados pelos agricultores....

Coerente com essa sua crítica, Renilde propunha-se uma atuação diretamente articulada aos interesses e necessidades de suas bases. E começava seu trabalho na Caixa Agrícola reunindo os

agricultores por meio de suas organizações para informar-lhes seus encaminhamentos e suas intenções de trabalhar em parceria com as mesmas. Em Consulta, ela procura a associação e o sindicato. Era o tempo em que Alair se esforçava para manter o caminhão andando, não obstante a recusa da Prefeitura em auxiliá-lo substantivamente. E é interessante observar que, em reunião com a presença de Alair e do delegado sindical, os associados discutiam caminhos para a melhor utilização dos serviços da Caixa e, até, a possibilidade da demanda do PROCERA⁹ e do FNO-especial¹⁰ por meio da associação. Um fato importante num momento em que as reuniões da associação vinham sendo chamadas por todos de *reunião do caminhão*. É um fato novo, na medida em que essas demandas correspondiam a direitos desses agricultores que independiam, pelo menos em princípio, da boa ou má vontade de Alair ou de qualquer político local: a associação começando a ser percebida,

9 O PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - é um crédito do governo federal repassado aos agricultores assentados pelo INCRA através dos bancos estatais e com a mediação de organizações governamentais que habitualmente se articulam com as organizações dos próprios agricultores.

10 O FNO - Fundo Constitucional Norte - é uma linha de crédito subsidiado destinada a apoiar iniciativas ligadas ao desenvolvimento econômico da região norte do país. Criado pela Constituição de 88, só em 91 e sob forte pressão popular - Gritos do Campo I e II - esse crédito foi estendido a pequenos produtores: o FNO-especial.

finalmente, como instituição de participação e representação dos agricultores. Mesmo que ainda lhe faltasse uma liderança capaz de dar encaminhamento a essas demandas.

Como resultado desse esforço de vinculação do trabalho das lideranças aos interesses dos agricultores como um todo, rejeitando as discriminações criadas pela própria prática sindical e, no caso, pela atuação clientelista de Alair, Renilde consegue eleger-se presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, no final de 95. Em meio a uma disputa eleitoral ferrenha, em que ela luta sozinha - ou apoiada apenas por Almir, o mencionado líder sindical fundador da FATA¹¹ - contra as lideranças que detêm o poder na própria FATA e as que se opõem e aspiram a esse poder.

A trajetória de Renilde no Movimento Sindical da região não pode ser entendida sem o conhecimento da sua singularidade e será mais bem analisada num outro texto. Para os objetivos aqui propostos, entretanto, convém esclarecer que o reconhecimento de sua liderança nas bases decorria de sua sensibilidade para com os problemas cotidianos dos agricultores ou, em outras palavras,

11 A trajetória de Almir também merece uma análise à parte. Tendo iniciado sua militância no período da luta pelo acesso à terra e com a assessoria da CPT, ele tem uma longa experiência de trabalho diretamente articulado às bases. Seus compromissos com a estrutura do CAT e, depois, da FATA custaram-lhe um distanciamento dessas mesmas bases que ele procura agora recuperar, apoiando-se no trabalho de Renilde, sua antiga discípula de militância.

para com suas necessidades práticas mais ou menos imediatas. A contraparte, ao que tudo indica, de sua recusa em se deixar alienar por uma ou outra das ideologias em conflito dentro do sindicalismo regional. Já foi mencionado que no interior da FATA essas duas correntes sindicais disputavam o acesso aos recursos da instituição baseados em argumentos ideológicos. Ora, Renilde, exatamente por não estar organicamente aliada a nenhum dos dois grupos em oposição, acabava funcionando como uma espécie de "inconsciente político" da organização, na medida em que, cobrando a transparência democrática no encaminhamento dos debates e votações, denunciava os interesses que estavam ocultos nas negociações em curso no seio da instituição, desarmando articulações longamente preparadas e, evidentemente, ganhando opositores de um e outro lados do conflito em cena.

Não é por acaso, portanto, que Renilde consegue, como presidente do sindicato, dar continuidade ao trabalho iniciado por ocasião de sua gestão na Caixa Agrícola. Liberada de compromissos com as questões que estavam paralisando o trabalho dos sindicalistas nas bases, ela avança ainda mais na sua política de engajamento com a realidade dos agricultores. Na Consulta, ela indica para delegado sindical um dos fiéis aliados de Alair: Silvestre, um agricultor que congrega em torno de si uma importante rede de relações de reciprocidade - personalizadas, de cuja influência ela quer se beneficiar.

Não para recriar relações de dependência, como vinha fazendo o antigo presidente da associação, mas para aumentar a participação dos agricultores no sindicato onde eles deverão poder avançar na construção de sua autonomia... E ela enfrenta mais diretamente o problema do fortalecimento da associação, indo reivindicar junto ao Governo do Estado - do PSDB, em Belém, uma verba para o reparo do caminhão. O que faz não como aliada ou amiga pessoal dos detentores do poder em nível estadual, uma vez que ela mesma é filiada a um partido que nesse momento lhe faz oposição - o PSB, mas como legítima representante dos agricultores da associação, da Consulta, ou do município como um todo.

Os efeitos do clima de campanha das eleições municipais de 96 no interior da associação já são bem diferentes do que ocorria nos pleitos anteriores. Em reunião realizada em julho desse ano na casa de Silvestre; o novo presidente da associação, Renilde estava presente para assessorar a discussão a propósito do encaminhamento a ser dado para o credenciamento da instituição no BASA - Banco Amazônia S/A, tendo em vista a obtenção do FNO-especial para os associados interessados. Dessa reunião faziam parte diferentes agricultores das imediações, mais ou menos *pobres*, antigos ou novos associados, católicos ou *crentes*, homens ou mulheres... Além de Almir e Alair. Aquele, aproveitando a oportunidade para fazer sua

134

campanha como vereador pela coligação PSB/PDT, enquanto Alair, candidato pelo PFL, parecia apenas marcar presença, assistindo a tudo sem maior inquietação, como que confiando nas muitas lealdades construídas pela sua muita generosidade... Alguns dos agricultores presentes são reconhecidamente eleitores de Dorival, e Renilde, nos intervalos, aproveita para falar de seu apoio pessoal a Almir para vereador e de seu compromisso, *como sindicato*, de trabalhar para a coligação PSDB/PT, onde seu maior adversário nas eleições para o sindicato era candidato a vice-prefeito, com chances nas prévias eleitorais.

Essa possibilidade de os agricultores conviverem enquanto diferentes demonstra um avanço substantivo dos mesmos no sentido da superação das relações personalizadas e da democratização das relações sociais no interior da associação. Eles não estão reunidos ali por conta do apelo de um ou outro candidato, ou por conta de quaisquer lealdades pessoais... Eles estão reunidos como agricultores que se encontram para tratar de interesses que possuem em comum - no caso, o FNO - independentemente de suas muitas diferenças pessoais. Como produtores rurais portadores de direitos. E, neste sentido, como indivíduos livres ou cidadãos.

Conclusão

O pano de fundo dessa transformação da Associação dos Pequenos Produtores da Consulta é o avanço, de um lado, do processo de desenvolvimento da economia regional e, de outro, do processo de consolidação da democracia no país, com reflexos evidentes em nível regional. Dois processos intrincados, que dificilmente poderiam ser abordados em separado, porque o primeiro explica a transformação das relações sociais de produção determinantes, em última análise, das possibilidades da integração desses agricultores ao mercado - ou à economia nacional (Velho, 1981); enquanto o segundo explica a trama das relações políticas dentro da qual os novos e diferentes interesses resultantes da referida transformação disputam hegemonia na região. Trama no interior da qual os agricultores devem fazer avançar a conquista dos direitos que lhes permitirão integrar-se ao mercado, ou fazer-se representar como pertencentes à sociedade nacional.

Isso posto, seria de se esperar que esses agricultores, deixados a eles mesmos, chegassem, mais cedo ou mais tarde, a se recriar em produtores livres e autônomos - e, neste sentido, cidadãos - no interior de suas organizações. O que, em termos gerais, não deixa de ser verdade, mas, a um custo social muito elevado, uma vez que para poderem fazer valer seus interesses no interior do jogo político

em que estão colocados, eles precisam passar por um processo de aprendizagem das regras das relações sociais democráticas, ou do novo padrão de sociabilidade a partir do qual suas organizações poderão representá-los com eficácia no referido jogo. E não é demais lembrar que enquanto eles faziam esse aprendizado no bojo das relações que desenvolviam entre si e com os políticos locais no interior da associação, a Consulta ia mudando sua paisagem, com uma grande parte dos lotes de pequenos agricultores vendidos para especuladores de terra ou para produtores rurais mais abastados ou já integrados à economia regional.

Vem dessa desigualdade originária do jogo político em que eles aparecem pela primeira vez como atores, a importância e a necessidade dos programas de desenvolvimento ou assessoria a agricultores familiares para os quais esse texto pretende estar se dirigindo. Trata-se, desde logo, de ajudá-los a superar os limites que lhes foram impostos pelas suas trajetórias de dependentes, capacitando-os, sem dúvida, para o enfrentamento de suas dificuldades práticas mais imediatas, que vão desde o desconhecimento da leitura ou da contabilidade mínima para a convivência do mercado até a questão das tecnologias adequadas à eficácia de seu desempenho nesse mesmo mercado. Mas, necessariamente, pelo fortalecimento dos caminhos por meio dos quais estão historicamente definidas suas possibilidades de emergência no

espaço público brasileiro: os caminhos da pressão organizada, ou da materialização de sua presença frente ao Estado e a sociedade nacional por meio de suas demandas coletivas. Caminhos sem os quais esses programas não passarão de contribuições pontuais carentes de resultados significativos para o processo de transformação social ensejado.

Ora, é lugar comum entre os agentes de desenvolvimento e nas ONGs que lhes dão sustentação a importância - ou necessidade - de encaminhar seus programas por meio das organizações dos agricultores, para assegurar condições de multiplicação dos resultados programados e para fortalecer *a luta dos trabalhadores*, conforme se costuma dizer. Acredita-se, entretanto, que na prática isso tem sido dificultado por um diagnóstico mecanicista das práticas sociais desenvolvidas pelos agricultores no interior de suas organizações. Já foi mencionada a esterilidade da apropriação que as duas tendências políticas dominantes nas *entidades* de assessoria a agricultores familiares na região de Marabá fazem da existência do clientelismo no interior das organizações dos agricultores. Em ambas essas relações parecem ser percebidas numa ótica mecanicista, já que na primeira elas são tratadas como um modo de ser dos agricultores e, na segunda, como um mal a ser erradicado pelo caminho da conscientização. Com tudo o que isso pode representar em termos de

paralisa e/ou de tutela das organizações.

Acredita-se que o meio de evitar esse mecanicismo é o conhecimento do movimento traçado pela experiência que os agricultores fazem de suas organizações. É no interior dessa experiência que os agentes de desenvolvimento devem intervir, reforçando práticas sociais com possibilidades transformadoras e alargando os limites das práticas conservadoras dos agricultores. Isto é, acelerando o processo de transformação em curso nessas organizações. Só no interior desse movimento, clientelismo e democracia podem deixar de ser vistos como categorias abstratas ou a-históricas, ganhando a concrecibilidade de forças sociais em conflito, num momento historicamente determinado do processo de democratização da sociedade brasileira.

Voltando, em conclusão, à Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta, espera-se ter reunido neste texto o mínimo de elementos necessários para a demonstração, de um lado, do quanto os agentes de desenvolvimento em cena - FATA e COOCAT - estiveram tráfegando na contramão dos processos de constituição da autonomia dos agricultores da Consulta, alienando-se ao sindicato e reforçando, com isso, suas práticas discriminadoras e clientelistas, perdendo a oportunidade de interrogar, no bojo de seus programas e simultaneamente, essas práticas

sindicais e as desenvolvidas no interior da associação, no interesse do fortalecimento de ambas as organizações e dos próprios objetivos dos programas. Ou, mais precisamente, no interesse do desenvolvimento dos agricultores.

De outro lado, espera-se ter reconstruído uma série de situações em que o conflito entre práticas clientelistas - ou conservadoras - e democráticas - ou progressistas - indicam a possibilidade de uma intervenção competente no sentido da aceleração do processo de fortalecimento da associação analisada e de seus associados. A situação final do encontro promovido pela mediação de Renilde, para tratar do credenciamento da organização para a obtenção do FNO-especial, pode ser esclarecedora. Ela não deve ser entendida, evidentemente, como uma espécie de final feliz no longo aprendizado vivenciado pelos agricultores no interior da associação. O risco de um retrocesso não é pequeno, os recursos que vêm sendo oferecidos ao FNO-especial, por exemplo, são insuficientes para atender à demanda da totalidade dos agricultores e o fundo vem sendo distribuído, freqüentemente, sob a forma de favor pessoal de agentes bancários sob influência de clientes - no duplo sentido - interessados na venda de seus rebanhos bovinos e/ou de insumos agrícolas para os agricultores, políticos locais interessados em assegurar suas clientelas, técnicos estatais corrompidos e, até, lideranças dos

próprios agricultores. Na Consulta, coincidentemente, a maior parte da pequena parcela de agricultores que teve acesso ao ProCera e ao FNO é composta pelos sindicalistas e seus familiares ou amigos pessoais. E como se não bastasse essa dificuldade, a liderança de Renilde também não pode ser vista como consolidada. Sua inserção no movimento sindical regional ainda é indefinida e seu conflito com o poder local bastante solitário. Sem contar que na própria Consulta suas estratégias ainda estão ameaçadas. Silvestre, o presidente da associação, não obstante ter aceitado o posto de delegado sindical, continua a agir sob a influência de Alair, o único dos candidatos a vereador eleito, entre os mencionados...

Ora, uma assessoria técnica competente poderia auxiliar os agricultores da Consulta a acelerar o processo de resolução de todas essas dificuldades. Sem deixar de ser técnica, uma vez que o acesso ao FNO, assim como aos demais créditos existentes, pressupõe operações que vão desde a questão burocrática do credenciamento da organização até a assessoria técnica especializada para os investimentos programados passando pelas questões também técnicas do planejamento e da gestão dos recursos obtidos e pelas questões políticas da organização para o acesso ao crédito e para o pagamento do mesmo.

Lamentavelmente, os programas de desenvolvimento da pequena agricultura têm passado ao largo dessas políticas de crédito na

região. Pelas razões ideológicas mencionadas e pela conseqüente dificuldade encontrada pelas agências de desenvolvimento locais na articulação dos financiamentos obtidos de organizações estrangeiras com as exigências dos processos histórico-sociais nos quais esses agricultores se encontram colocados.

No momento em que este texto é elaborado - fevereiro de 1997 - esse descaminho parece aumentar suas chances de ser corrigido, pela ação organizada da FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e Amapá, que criou uma diretoria regional em Marabá, devidamente assessorada pela FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. Mas isso é também uma outra história¹².

12 A FETAGRI e a FASE vêm desenvolvendo, em parceria, um rigoroso trabalho de orientação aos sindicatos rurais para a conquista de políticas públicas para os pequenos agricultores, e um grande investimento na adequação das regras do FNO-especial à realidade desses agricultores e na assessoria técnica àqueles que têm acesso a esse crédito, com resultados já bastante visíveis na região do nordeste paraense.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, R. *La Cité Domestique: stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne*. Nanterre, Université Paris X/ Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. Tese de Doutorado.
- D'INCAO, M.C. *Governo de Transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária. Lua Nova - Revista de cultura e política*, São Paulo, CEDEC, nº 21, 1990, p.89-120.
- D'INCAO, M.C. e ROY, G. *Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, 277p.
- EMMI, M.F. *Estrutura Fundiária e Poder Local; o caso de Marabá*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, NAEA/PLADES, datilo, 1985.
- FRANCO, M.S.C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 6ª edição. São Paulo, Fundo de Cultura, 1964.
- GEFFRAY, C. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne-Essai sur l'exploitation paternaliste*. Paris, Karthala, 1995, 186p.
- GUERRA, G.A.D. *A Identidade do Posseiro - Elementos de caracterização social trabalhados pelo movimento sindical do sudeste do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1991. Dissertação de mestrado.
- HÉBETTE, J. *A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos*. In: HEBETTE J. (org.). *O Cerco está se fechando - O impacto do grande capital na Amazônia*, Petrópolis, Vozes/FASE/NAEA, 1991.
- KRISCHKE, P. *Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica*. In: KRISCHE P.J. (org.), *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez/Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- MARTINS, J.S. *Expropriação e Política: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. *A chegada do estranho (Notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia)*. In: HEBETTE J. (org.), *O cerco está se fechando*, Petrópolis, Vozes, 1986.

MUSUMMECI, L. O mito da terra
liberta. São Paulo, Vértice/
Ampocs, 1988.

VELHO, O.G. *Frentes de Expansão
e Estrutura Agrária: estudo do
processo de penetração numa área
da Transamazônica*. 2ª edição, Rio
de Janeiro, Zahar, 1981.

WEFFORT, F.C. *Qual Democracia?*
São Paulo, Companhia das Letras,
1992.

WEFFORT, F.C. *A Democracia
como Proposta*. Rio de Janeiro,
IBASE, 1991.